

Livro	Folhas

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026

ATA N.º 3 /2026

LOCAL DA REUNIÃO: Sala das Reuniões do Edifício de Serviços Municipais à Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira - Cidade do Porto Santo. _____

PRESENCAS: O Presidente, NUNO FILIPE MELIM BATISTA, que presidiu e os Vereadores PEDRO VASCONCELOS FREITAS, MARIANA FILIPA CORREIA VASCONCELOS, LUÍS EDUARDO GUIANCE BETTENCOURT e RAMIRO VASCONCELOS DE SOUSA. _____

A secretariar Ana Bela Mendonça dos Santos, Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e a assessorar o Dr. Miguel Matos da Fonseca, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência. _____

ABERTURA DA REUNIÃO: Verificando-se haver quórum para o funcionamento do órgão executivo, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas nove horas e trinta minutos. _____

DIÁRIO DE TESOUREARIA: Tomou conhecimento, o órgão executivo, do balancete de tesouraria, relativo ao dia 06/02/2026, que acusava os seguintes saldos: _____

De dotações orçamentais: 3.199.427,57€ (três milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e sete euros e cinquenta e sete cêntimos); _____

De dotações não orçamentais: 53.254,20€ (cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e quatro euros e vinte cêntimos); _____

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Neste período interveio o Vereador Ramiro Sousa, que leu a intervenção abaixo transcrita: _____

"(...) Senhor Presidente, Senhores Vereadores e demais presentes. _____

Permitam-me começar por abordar uma situação que merece a nossa atenção



urgente e que compromete a imagem do Porto Santo enquanto Reserva da Biosfera, a existência de veículos abandonados e de focos de deposição ilegal de resíduos espalhados pelo território. _____

Existem situações concretas, como a de um camião betoneira abandonado em plena zona agrícola, rodeado por resíduos volumosos, nomeadamente eletrodomésticos. Acresce ainda a situação de três camionetas de transporte coletivo, abandonadas no estacionamento do Pavilhão Multiusos de Porto Santo, que constituem um problema semelhante. Estas ocorrências não constituem apenas um problema visual, representam um risco efetivo de contaminação do solo e não são compatíveis com os compromissos ambientais que assumimos enquanto município. _____

Impõe-se, por isso, a recolha célere desses resíduos e a remoção dos veículos abandonados, incluindo as camionetas referidas, naturalmente com respeito pelo regulamento em vigor e pelos procedimentos legais aplicáveis. Para além do impacto ambiental, estas situações transmitem uma imagem negativa a quem nos visita e a quem aqui reside, o que contraria o esforço que tem sido feito na promoção turística da ilha e na defesa da cobrança da taxa turística, que deve ser justificada também pela qualidade do espaço público. _____

Passando ao tema do IMI, gostaria de saber qual o ponto de situação relativamente ao levantamento dos prédios devolutos no Porto Santo. Como é do conhecimento de todos, foi proposta e aprovada, em sede de Orçamento Municipal, a aplicação do agravamento do IMI a estes imóveis. Contudo, para que essa medida produza efeitos, é indispensável que a Câmara elabore e remeta atempadamente à Autoridade Tributária a lista dos prédios devolutos. Sem esse procedimento, a decisão tomada pelo Executivo não terá qualquer impacto prático. Nesse sentido, solicito esclarecimentos sobre o estado deste processo e sobre os motivos do atraso verificado. _____

Livro	Folhas



Relativamente às obras em cursos na via pública, importa esclarecer que o UNE não se opõe ao progresso nem à renovação das infraestruturas, designadamente das condutas de água, cuja modernização é necessária. O que nos preocupa são as condições de segurança durante a execução dessas obras. Têm-se verificado buracos, desníveis no pavimento e acumulação de detritos, como areia e gravilha, que representam riscos reais para peões, ciclistas, motociclistas e automobilistas. Coloco por isso duas questões objetivas: _____

Qual a data previsível para a conclusão destas obras? _____

Quem assume a responsabilidade pela segurança das pessoas e dos veículos durante a sua execução? _____

Faço ainda um apelo para que, enquanto as intervenções decorrem, sejam asseguradas condições mínimas de segurança, nomeadamente através da reparação imediata de buracos e desníveis e da limpeza regular dos detritos resultantes das obras. _____

Por fim, gostaria de abordar a situação do Campo nº 2, do Complexo Desportivo José Lino Pestana. O estado atual desta infraestrutura levanta sérias preocupações. O piso apresenta condições muito degradadas e os equipamentos de iluminação aparentam falta de manutenção adequada, o que pode colocar em risco a segurança dos utilizadores. _____

Independentemente das promessas feitas no passado quanto à requalificação deste espaço, é urgente garantir, no presente, condições mínimas de segurança. À semelhança do rigor que se exige noutros espaços públicos, deve ser solicitada aos responsáveis pelo Complexo e à empresa responsável pela manutenção dos equipamentos de iluminação uma intervenção imediata para assegurar a estabilidade e segurança das estruturas existentes. _____

Coloco, por isso, uma questão clara, em caso de acidente, quem assumirá a responsabilidade? Este espaço é utilizado diariamente por dezenas de atletas,



jovens e adultos, de várias coletividades, e a prática desportiva deve decorrer em condições adequadas de segurança, de modo a evitar qualquer acidente grave ou situação de risco. Trata-se de uma responsabilidade que não pode ser negligenciada. _____

Junto: para os devidos efeitos, algumas imagens remetidas por munícipes, que comprovam o exposto, designadamente a existência de veículos abandonados e de focos de deposição ilegal de resíduos no território. _____

Requeiro que a minha intervenção no Período Antes da Ordem do Dia, fique integralmente consignada na ata da presente reunião. (...)" _____

Interveio o Senhor Presidente, respondendo que a deposição de lixo era uma situação extremamente preocupante, e fez referência às toneladas de lixo recolhidas pela Câmara Municipal, em parceria com outras entidades. Referiu que este problema é reconhecido, e faz parte dos compromissos eleitorais assumidos, estando a ser tratado também no que dizia respeito aos regulamentos e às contraordenações municipais. Informou que estava a ser preparado um regulamento para a questão dos lixo abandonados, já existindo um para os veículos, sendo necessário separar a questão dos veículos abandonados na via pública, dos veículos que estavam em terreno privado. Informou que já tinham enviado diversas notificações, com prazos há muito excedidos, por parte dos proprietários, para limpeza. Pese embora se estivesse a caminho da resolução desta situação, inclusive estiveram a ser analisadas as propostas apresentadas à Câmara Municipal sobre a aplicação no apoio e regulamentação das contraordenações, optou-se, numa fase inicial, por dar hipótese às pessoas de fazerem a limpeza de livre e espontânea vontade, sem acréscimo de custos, uma vez que a Câmara Municipal não tinha condições próprias para o fazer e posteriormente fazer a cobrança às pessoas daquilo que eram as despesas inerentes. Recentemente, foram feitos pedidos para dois processos de demolição

Livro	Folhas

e não existiam interessados, pelo que o ponto de situação no momento era o de aplicar o regulamento, a contraordenação e a partir da contraordenação, existindo já um protocolo com as Finanças, a penhora seria imediata caso a mesma não seja feita. Tem alertado publicamente para este tipo de situações. Existia o caso de uma situação que acabou por não se concretizar devido ao falecimento da pessoa envolvida. Nesta situação, já existia uma contraordenação por parte de uma entidade pública de cerca de 20.000,00€ de multa. Reforçou que a problemática dos veículos abandonados e do lixo fora referida diversas vezes nos últimos quatro anos e continuou a não ser suficiente para que as pessoas percebessem que efetivamente o investimento feito no turismo tem sido posto em causa face a essa situação e, por isso, iriam passar à fase em que irão atuar de forma direta nas contraordenações com multas, sendo que o regulamento estava em preparação. Existia ainda quem defendesse que as multas deveriam começar com valor baixos como alerta, mas passados quatros anos irão cair forte em cima de todas essas. Ainda sobre os veículos, a Vereadora e o Senhor Presidente, durante os últimos quatro anos, fizeram trabalho para além da recolha de alguns veículos, que estão neste momento guardados num espaço, e o próprio proprietário já fora alertado para a limpeza desse mesmo local. Através de um protocolo existente na Associação de Municípios, existia a possibilidade de viaturas que se encontrem na via pública e, excecionalmente em zonas privadas, quando os proprietários assim demonstrassem vontade, de entregar o carro em condições de circulação no porto do Porto Santo e a empresa Madeira Cartão transportava o mesmo até às suas instalações. Presentemente não existia qualquer tipo de desculpa para que não se faça e não se cumpra. Muitas vezes existiram acusações por parte da oposição relativa à preocupação com os regulamentos e aqui estava uma situação onde a falta de regulamento, inclusive naquele que era mais fundamental, se faça urgentemente a sua revisão e que





tenha a ver com a questão do regulamento das taxas e dos licenciamentos da Câmara Municipal, em que os serviços já estão a fazer um levantamento e em breve avançariam com os regulamentos em falta para que fosse possível a atuação de entidades como a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana no levantamento de contraordenações que tenham efeito imediato. Assumia o compromisso com a contratação de pessoas para a constituição de equipas para que isso aconteça, sendo que a contratação do apoio jurídico fora fechada recentemente, e durante o mês de fevereiro, o escritório que dá apoio neste âmbito vem ao Porto Santo para que sejam dados passos concretos nesta questão e, dentro daquilo que era a lei, atuar em todas as situações como previsto. _____

Relativamente à questão do IMI, já se falaram inúmeras vezes sobre os prédios devolutos. Questionou o Vereador Ramiro Sousa acerca do conhecimento de como esta lei era aplicada, e as zonas da sua aplicação, uma vez que sendo a pergunta acerca do território do Porto Santo, não era o previsto na lei. Aquilo que acontecia relativamente à questão dos prédios devolutos estava relacionado com a criação da ARU, de uma zona delimitada que nunca existiu no Porto Santo, pese embora tendo sido votada em reunião de Câmara, nunca fora à Assembleia Municipal, nem fora criado um regulamento. Aquilo que poderia informar era que dentro de quinze dias, o Executivo deverá receber a primeira proposta de alteração do Plano Diretor Municipal para analisar, com o objetivo de que antes do verão exista a discussão pública do PDM, permitindo a resolução de algumas questões, como a atualização do plano de segurança, bem como dos planos que têm a ver com as linhas de água, entre outros. _____

Relativamente à questão do Campo José Lino Pestana, e face ao que tem sido apresentado nas reuniões de Câmara, os Vereadores são livres de fazer um ofício e informar o Governo Regional daquilo que têm sido as situações apontadas por via

Livro	Folhas

da população. O Campo José Lino Pestana, ou o que resta dele, está sob a gestão da Secretaria Regional das Finanças e, por contactos com os clubes, existe uma pessoa responsável pelos equipamentos desportivos no Porto Santo, pelo que será estabelecido contacto com a Secretaria Regional das Finanças para que se possa perceber se efetivamente está colocada em causa a segurança das pessoas que utilizam esse espaço e se assim for, o mesmo terá de ser encerrado. No contacto efetuado com os clubes, fora transmitido que existia vontade em que aquele espaço fosse recuperado o mais rapidamente possível. Os mesmos foram questionados acerca dos perigos mencionados, sendo que numa fase inicial a Câmara Municipal disponibilizou-se para retirar redes e holofotes que estavam a cair. A resolução não poderia ser apenas com boa vontade, mas quem tem a responsabilidade tem de avaliar e atuar com a maior antecedência possível. ____

Quanto à questão das obras, recentemente na passagem do Secretário pelo Porto Santo, o mesmo fora alertado para essa situação, sendo o promotor da obra o responsável. O Secretário-Geral da Agricultura estará no Porto Santo e irá fazer a visita a essas obras, bem como na apresentação do novo projeto para o Porto Santo, momento em que será reforçada a questão apresentada pelo Vereador Ramiro Sousa, sendo que as equipas da Câmara têm estado no terreno e têm procurado alertar para esses inertes que podem causar perigo. Apesar de existir um seguro de proteção civil, nesses casos a responsabilidade está a cargo das empresas que estão a executar as obras e, até à data, não existia conhecimento de nenhum acidente que tenha resultado dessas obras. Era do conhecimento da Câmara Municipal um acidente provocado por uma mota, em que o mesmo foi encaminhado e realizado o acompanhamento. A informação que temos por parte da Empresa de Eletricidade da Madeira, proprietária da obra, é que o mesmo já estava a ser tratado junto do empreiteiro, sendo que no momento não existia conhecimento acerca do contacto da seguradora junto da pessoa para reparação



da mota e dos danos causados à própria. _____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt fazendo uma ressalva relativamente à retirada dos dois dragoeiros em frente ao edifício da Assembleia Municipal. Questionou acerca do plano para reposição daquele espaço, e o que seria colocado no lugar dos dragoeiros e a imagem pretendida para aquele edifício. Referiu a necessidade de intervenção nos tapa-sóis por não estar conforme o expectável para uma casa da democracia. _____

Quanto à situação das obras, o Vereador tinha um entendimento diferente porque reconhece que para arranjar existe uma necessidade de destruir, referindo que o método de execução deveria ser outro. A obra deveria ser faseada, para não causar transtorno. Realçou a impossibilidade de andar com o carro na transversal da Estrada Regional 120. Na retirada de andaimes, os pregos não foram recolhidos e tem acontecido casos de pneus furados, entre outras situações que deveriam ser tidas em atenção pelo Governo Regional, que era quem tinha competência nessa matéria. _____

Quanto aos veículos abandonados, e na sequência do referido pelo Vereador Ramiro Sousa, referiu a situação que ainda se mantinha junto da oficina do Senhor João Manuel, nomeadamente os carros junto à mesma. Referiu não compreender o porquê da não retirada dos referidos veículos, sugerindo que os mesmos deveriam ser enviados para o centro competente. _____

Interveio o Senhor Presidente Nuno Batista em resposta ao Vereador Luís Bettencourt dizendo que todas as pessoas em situação de incumprimento, fosse de veículos abandonados ou de depósitos de lixo, tinham sido alertadas para tal e que, neste momento, não serão enviados novos avisos. _____

Continuou referindo a abertura do plano plurianual de investimentos em que se previa a requalificação total do edifício da Assembleia Municipal, sendo que não iria avançar com a plantação de dragoeiros enquanto as paredes não fossem

Livro	Folhas

intervencionadas. _____

PASSOU-SE, DE SEGUIDA, À APRECIÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS: _____

PROPOSTAS: O Presidente, Nuno Batista, apresentou as seguintes propostas: _____

1) "APROVAÇÃO DO MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2025 _____

No âmbito da execução orçamental e prestação de contas do ano de 2025, o artigo 124.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado de 2026, sob a epígrafe "Integração do saldo de execução orçamental" que refere "Após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental», pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental." _____

A presente proposta de aprovação do Mapa Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2025, cujo documento se anexa, apresenta as importâncias relativas a todos recebimentos e pagamentos no exercício de 2025 e os saldos de gerência (Saldo de gerência anterior e saldo para a gerência seguinte). Analisando as operações orçamentais do referido mapa, verifica-se ao nível dos recebimentos, que os mesmos ascenderam a 12.001.621,37 euros (doze milhões, mil seiscientos e vinte e um euros e trinta e sete cêntimos), dos quais 9.850.006,76 euros (nove milhões, oitocentos e cinquenta mil e seis euros e setenta e seis cêntimos) dizem respeito a recebimentos do período de 2025 e 2.151.614,61 euros (dois milhões, cento e cinquenta e um mil, seiscientos e catorze euros e sessenta e um cêntimos) referem-se ao saldo da gerência anterior de operações orçamentais. Relativamente aos pagamentos, estes totalizaram o montante de 8.861.805,98 euros (oito milhões, oitocentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinco euros e noventa e oito cêntimos) em 2025. _____

Analisando as operações de tesouraria, as mesmas apresentam um saldo de



gerência anterior no valor de 41.699,49 euros (quarenta e um mil, seiscentos e noventa e nove euros e quarenta e nove centimos), recebimentos no valor de 11.852,38 euros (onze mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e trinta e oito centimos) e pagamentos no valor de 332,79 euros (trezentos e trinta e dois euros e setenta e nove centimos). _____

Desta forma, e considerando os valores anteriormente apresentados, o saldo para a gerência seguinte apresenta um valor de 3.193.034,47 euros (três milhões, cento e noventa e três mil, trinta e quatro euros e quarenta e sete centimos), do qual um saldo de operações orçamentais no valor de 3.139.815,39 euros (três milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e quinze euros e trinta e nove centimos) e um saldo de operações de tesouraria de 53.219,08 euros (cinquenta e três mil, duzentos e dezanove euros e oito centimos). _____

Assim, conforme previsto no artigo 124.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado de 2026, e sendo o Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental um documento de prestação de contas, no uso da competência a que se refere o artigo 33º, n.º 1, alínea i) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao órgão executivo, aprovar, o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2025, a fim de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea l) e n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” _____

Na discussão deste ponto, interveio o Vereador Ramiro Sousa, dizendo que o mapa financeiro de 2025 apresentou um saldo final de cerca de 3.200.000,00€ que transitava para a gerência de 2026. Isto significava em que num ano em que muitas famílias e setores da economia local enfrentaram dificuldades reais, a Câmara reteve em caixa cerca de 26% de todos os recebimentos anuais. Mais preocupante, cerca de 3.200.000,00€ deste saldo resultavam de operações

Livro	Folhas

orçamentais não executadas, verbas previstas, aprovadas e anunciadas que não foram aplicadas. Questionou que obras, projetos ou intervenções ficaram por realizar em 2025, impedindo esses recursos de ser investidos na economia local. Na estrutura da despesa, a despesa com pessoal atingiu cerca de 3.500.000,00€, o que representava cerca de 40% da despesa total de cerca de 8.700.000,00€. Continuou questionando se o executivo considerava que este rácio era adequado ou sustentável para o Município do Porto Santo. Além disso, as remunerações certas e permanentes aumentarem de cerca de 1.900.000,00€ em 2024 para 2.444.000,00€ em 2025, um aumento de cerca de 460.000,00€ num ano. Qual era a justificação concreta para este aumento e o impacto que este crescimento teve na capacidade futura do investimento no Município. Por último, a rubrica taxas, multas e outras penalidades passou de cerca de 620.000,00€ em 2024 para 1.430.000,00€ em 2025, um aumento de 130%. Questionou se este crescimento resultava numa maior eficácia de cobranças ou existiu um aumento real do custo considerável? E referiu que estas perguntas visam garantir a transparência, a responsabilidade na gestão pública e os números oficiais, que merecem respostas perante a Câmara. _____

Interveio o Senhor Presidente quanto à execução orçamental e do ponto mais à frente, onde será discutida a alteração e a revisão orçamental que advém da demonstração, em que se espera perceber, até pela questão do peso dos salários e do número de vezes em que já se levantou a questão do quadro de pessoal da Câmara, que continua a gerar algumas dúvidas quanto à parte orçamental dos recursos humanos. Sendo que o voto fora favorável relativamente ao mapa de pessoal, ou seja, se existia uma opinião, que era legítima e não estava a ser colocada em causa, em que a Câmara não deverá contratar mais pessoas por colocar em causa o seu equilíbrio financeiro, então deverá refletir-se no mapa de pessoal a não inclusão de mais vagas a preencher. Relativamente à questão dos



valores transitados, existiam algumas empreitadas a decorrer, nomeadamente as das estradas, que era, provavelmente, um dos maiores investimentos de sempre na rede viária do Porto Santo e que transitou de ano, bem como a finalização de algumas obras em curso e outras que estavam anunciadas e serão executadas, cujo início estava previsto para o ano de 2025, o que acabou por não acontecer. A análise que se imponha era que neste momento registava-se a mais baixa fiscalidade da Região Autónoma da Madeira e talvez do país, sem precisar, e a par do Porto Moniz, que também era um concelho que em termos fiscais tem dado muitos benefícios (exceto na questão do IRC que não chega à do Porto Moniz), tem sido possível aumentar as receitas, mantendo a fiscalidade mais baixa. Portanto, se as receitas aumentaram mantendo a fiscalidade no mais baixo de sempre, era também claro que a diminuição das receitas tenha um impacto positivo naquela que era a competitividade das empresas. E, ao ritmo alcançado, a transição do saldo de gerência (fator que não se verifica apenas na Câmara Municipal do Porto Santo), julga-se que muito provavelmente no próximo ano, e analisando, de uma forma distante e um pouco fria, será possível passar um saldo de gerência superior àquele que foi o primeiro orçamento que receberam para poder trabalhar. Isso acarretava uma série de decisões, de questões relacionadas com o controlo da execução, a questão do aumento das multas aplicadas perante aquilo que foi falado no período antes da ordem do dia, e muito provavelmente, no próximo ano, poder-se-ia estar a falar do dobro desse valor. Existiram várias questões relativas sobre pagamento de valores em atraso, e a Câmara tem feito um esforço para que fiquem resolvidas, algumas delas têm a ver com o âmbito social e de decisões que foram tomadas pelo Executivo mesmo durante o período eleitoral e que por norma, na política do país, não é muito comum fazê-lo, com receio do retorno que isso possa trazer em termos eleitorais. Não existiu receio em termos do retorno eleitoral até porque as pessoas que trabalham todos os dias

Livro	Folhas

e organizam a sua vida ficam satisfeitas que as coisas sejam feitas de forma correta e que cada um assuma as suas responsabilidades e não se deixe acumular valores porque, de alguma forma, "dá jeito". Por isso, era uma excelente notícia a passagem deste saldo de gerência, e trazia mais responsabilidade porque já não se podia dizer que não havia recursos financeiros para investimento, portanto, era um investimento que tinha de acontecer, vai acontecer e a prova disso era a alteração orçamental e as rubricas abertas na proposta de modificação orçamental, em que claramente se percebia onde parte deste valor irá ser aplicado. _____

Relativamente às questões relacionadas com o aumento da receita, era preciso perceber que neste saldo de gerência não estavam refletidos os valores da Taxa Turística no orçamento de 2026. Até porque o valor provisional foi sempre abaixo do valor que efetivamente vai acontecer, cerca de 84.000,00€ de diferença entre aquilo que foi a previsão e aquilo que efetivamente será a receita. Estes valores iriam permitir que, com tempo, o Município cumpra as suas obrigações, nomeadamente nas questões prioritárias, como a habitação, como tem sido falado e que em breve haverá novidades. Também a questão, por exemplo, do apoio à compra de medicação, onde atualmente o apoio chega ao dobro das pessoas que eram apoiadas em 2021, e da iniciativa Casa Arrumada. O saldo de gerência atual indica que o caminho financeiro do município está salvaguardado, até porque na questão do pessoal, durante este ano já tivemos duas reformas, sendo que a terceira estará para breve, pelo que deverá de haver um período de transição entre as pessoas que estão a sair e as pessoas que estão a chegar, dando tempo para as pessoas que entram percebam a forma como está a funcionar a Câmara Municipal. _____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt questionando acerca de quais obras é que ainda não foram executadas. _____



Em resposta, o Senhor Presidente referiu a obra da Rua João Santana, inicialmente prevista para 2025, bem como o Miradouro das Lombas, ambas transitadas para 2026. Dado o trabalho e os pagamentos já realizados, no próximo ano irá existir uma diferença bastante grande, reconhecendo que o montante referido pelo Vereador Ramiro Sousa tem, na sua maioria, a ver com as estas empreitadas e as estradas, mas que com o trabalho que estava a ser realizado, esta não deverá ser uma questão em 2027. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas e Mariana Vasconcelos e os votos contra dos Vereadores Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

2) “4ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2026 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DESPESA, DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2026 _____

No âmbito da execução orçamental e prestação de contas do ano de 2025, o artigo 124.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado de 2026, sob a epígrafe “Integração do saldo de execução orçamental” que refere “Após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental», pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental.” _____

A presente proposta de aprovação da Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, Despesa, do Plano de Atividades Municipais e do Plano Plurianual de Investimentos de 2026, tem como contrapartida, ao nível da receita: _____

a) A inscrição do saldo orçamental apurado da gerência anterior de operações orçamentais no valor de 3.139.815,39 euros (três milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e quinze euros e trinta e nove centimos) e a redução da receita do

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) do projeto com os Bairros Comerciais Digitais (recebimento de adiantamento em 2023 e que está incluído no saldo de gerência de 2025); _____

b) A atualização dos valores provenientes do Orçamento de Estado para 2026 das transferências de estado que se apresenta o infra quadro comparativo dos valores efetivamente orçamentados e aos que constam do Mapa 12 - Transferências para os Municípios da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado de 2025: _____

Descrição	Mapa 12	Orçamentado	Diferença
FEF (Corrente)	1 655 078,00 €	1.583.000,00 €	72.078,00 €
FEF (Capital)	183.897,00 €	175.000,00 €	8.897,00 €
IRS	312.080,00 €	310.000,00 €	2.080,00 €
FSM	135.046,00 €	135.000,00 €	46,00 €
N.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (corrente)	147.467,00 €	147.000,00 €	467,00 €
N.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (capital)¹	147.467,00 €	147.000,00 €	467,00 €
Total	2.581.035,00 €	2.497.000,00 €	84.035,00 €

c) Redução da comparticipação para 85% do projeto Porto Santo: + Conhecimento + Serviço Público. _____

Assim, conforme previsto no artigo 124.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado de 2026, e no uso da competência a que se refere o artigo 33º, n.º 1, alíneas c) e ccc) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao órgão executivo, aprovar a presente revisão ao orçamento municipal consubstanciado na Proposta da 4.º Modificação Orçamental de 2026, 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, Despesa, do Plano de Atividades Municipais e do Plano Plurianual de Investimentos de 2026, conforme mapas em anexo, elaborada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo



17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 e do disposto no ponto 8.3.1. - Modificações do Orçamento e no ponto 8.3.2. _____

- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos previstas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que importa, no reforço do valor global do Orçamento Municipal para 2026 em 3.018.299,97 euros (três milhões, dezoito mil, duzentos e noventa e nove euros e noventa e sete cêntimos), correspondente ao já referido nas alíneas a), b) e c) da presente proposta, com a finalidade de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro._

Com esta modificação apresentamos o cálculo e valor da regra do equilíbrio financeiro: _____

Receita corrente bruta cobrada a)	7.334.203,92
Proporção do Saldo de Gerência anterior da despesa corrente b)	726.591,18
Despesa corrente c)	7.845.834.23
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos d)	194.747,50
Regra do Equilíbrio Orçamental - Total = a) + b) - c) - d)	20.213,37

Nos termos do artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e conforme ficou demonstrado no quadro anterior, esta modificação orçamental cumpre a regra do equilíbrio orçamental.” _____

Na discussão deste ponto, interveio o Vereador Luís Bettencourt questionando acerca do Projeto Porto Santo Mais Conhecimento, Mais Serviço Público e acerca da redução da receita, bem como o que poderá ter falhado. _____

O Senhor Presidente respondeu que a redução da receita se deve aos valores

Livro	Folhas

executados, em que num projeto onde estava previsto um investimento de cerca de 800.000,00€ já existira pedidos de pagamento, bem como o adiantamento inicial que julga não constar no Orçamento Provisional de 2025, fazendo com que os valores a receber sejam inferiores porque há execução. Referiu este era um caso concreto, exemplo do discutido anteriormente, em que se a execução tivesse sido feita na totalidade em 2025, esse valor já não entrava no orçamento e tinha contribuído para que a pergunta do Vereador Ramiro Sousa não tivesse sido colocada. Adiantou que estava previsto até ao final de março, que algumas pequenas obras em execução para a instalação do material dos Bairros Digitais estejam concluídas, e em que a Camara irá pagar o que tem a pagar e receber o que tem a receber. Chamou também a atenção para uma dúvida recorrente que tem a ver com a capacidade de pagamento versus a liquidez do Município, sendo que uma não estava diretamente relacionada com a outra, até porque na folha de caixa do dia, há já algum tempo o saldo de caixa era superior aos valores que têm sido falados, por isso existia essa diferença e os pagamentos estavam assegurados, porque existia valores cabimentados e esses compromissos têm de ser todos cumpridos. Relativamente à questão da alínea c), da redução da comparticipação para 85% do projeto Porto Santo: + Conhecimento + Serviço Público está relacionada com um projeto que passa pela formação dos recursos humanos, sendo que estas alterações poderão vir a ocorrer mais vezes durante o presente ano, decorrente de uma lei, a publicar em breve, e que possibilitava que todos os projetos PRR que não estejam concluídos dentro do prazo, sejam financiados por uma rubrica que será aberta a nível nacional pelo Portugal 2030, de modo a que não fiquem por concluir projetos que não terminem no prazo contemplado. Esta questão tem concretamente a ver com isso, com a formação dos recursos humanos, para que seja possível a formação de todos os colaboradores, 85% a fundo perdido.



De referir também que na rubrica PREV estará o reforço para os Bombeiros, para o pagamento integral daqueles que serão os valores para 2026, numa antecipação em cerca de dois anos ao valor que seria suposto pagar apenas em 2028 ou 2029, sem conseguir precisar. _____

Para complementar uma questão colocada na reunião anterior, o reforço da rubrica da Casa Arrumada era de 150.000€, ou seja, esta era a intenção salvo alguma hecatombe financeira em que seja necessário alterar ou rever apoios e despesas, até porque consoante a execução, diminui-se essa necessidade, portanto, é natural que os valores tenham a tendência de diminuir de um ano para o outro. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas e Mariana Vasconcelos e os votos contra dos Vereadores Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

3) "PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DO PORTO SANTO E A ASSOCIAÇÃO ESSESOUND EVENTS NO ÂMBITO DO CARNAVAL 2026 E DAS MARCHAS DE S. JOÃO 2026 _____

Considerando que: _____

Nos termos do n.º 1 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, constituem atribuições do município a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. _____

As atribuições dos municípios no domínio da cultura e tempos livres, de acordo com as alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

Que é da competência da Câmara Municipal do Porto Santo em coordenação com outras entidades fomentar e dinamizar as atividades culturais e de tempos livres. _____

Livro	Folhas



Considerando ainda que: _____

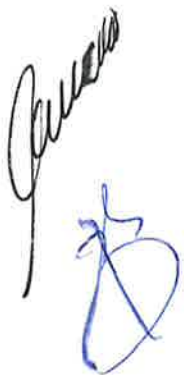
O Município do Porto Santo, promove dois desfiles, um direcionado às Escolas, na quinta-feira e um no dia de Carnaval, com o objetivo de dar continuidade às tradições carnavalescas locais, preservar a identidade do território, apelar à criatividade dos participantes, bem como potenciar um maior envolvimento dos munícipes nas atividades promovidas pela autarquia. _____

E que, _____

O Município do Porto Santo, ciente de que as marchas populares que são realizadas no âmbito do São João são de suma importância para as Festas do Concelho, e que a participação de marchantes está cada vez mais dependente da proximidade com a população, situação que foi durante anos evidenciada pela realização de marchas a cargo de associações, e que ora se pretende seja continuada, com vista a implementar uma medida que permita um contato mais direto com a população e dar início a um projeto de futuro, que venha a assegurar a tradição de participação por parte dos “sítios”; _____

A associação em causa apresenta, no seu Plano de Atividades, uma descrição detalhada, coerente e tecnicamente fundamentada das ações a desenvolver no âmbito do Carnaval e do São João (não se prevendo a realização dos restantes eventos). Detém experiência comprovada na organização de eventos de natureza idêntica, designadamente no contexto local, revelando conhecimento aprofundado das especificidades culturais, tradições e dinâmicas próprias destas festividades, fator determinante para garantir a sua autenticidade, qualidade e continuidade; _____

A escolha desta associação, em detrimento de outras, fundamenta-se em critérios objetivos, nomeadamente a experiência acumulada, a capacidade técnica demonstrada, o histórico de colaboração positiva com a entidade promotora, a confiança institucional adquirida e a adequação do seu plano de



atividades aos objetivos estratégicos definidos, não se afigurando, no caso concreto, que outra entidade reúna, em simultâneo, condições equivalentes para assegurar o mesmo nível de execução e resultados; _____

Assim, proponho, que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Pela celebração do Protocolo de Cooperação, a realizar entre o Município do Porto Santo e a Associação Essesound Events, para realização do Carnaval, e das marchas de S. João, do Campo de Cima, do Campo de Baixo, da Cidade, da Camacha e do Dragoal nos termos da minuta em anexo; _____

2. Delegar os poderes de representação do Município no Presidente da Câmara Municipal, para outorga do respetivo Protocolo. _____

3. Os encargos, emergentes desta ação, no valor de €201.500,00 (duzentos e um mil e quinhentos euros) e que asseguram a execução do presente contrato encontram-se inscritos, para o efeito, no Orçamento da Câmara Municipal do Porto Santo, na rubrica AA0102/04070104, cabimento n.º 114/2026." _____

Na discussão deste ponto, interveio o Vereador Luís Bettencourt, questionando que no plano de atividades do Carnaval do Porto Santo 2026, existia uma alínea explícita de avaliação e relatório final com um orçamento de 2.000€. O relatório final era, regra geral, uma obrigação de quem recebia apoio público. Ou seja, quando uma entidade recebia dinheiro em antecipado, era habitual o Município exigir relatório de execução e relatório financeiro, como comissão de apoio ao pagamento das tranches, elemento da ação de contas. Pagar 2.000,00€ para avaliação do relatório final pode significar que o Município estava a financiar custos administrativos de algo que a entidade teria de fazer de qualquer forma. ____

Questionou se o relatório final não era uma obrigação inerente a qualquer apoio financeiro municipal, e se era obrigação, por que razão estava a ser financiado por 2.000€. _____

Disse que não colocando em causa o método cultural do Carnaval e do São João,

Livro	Folhas

importava escrutinar o modelo de execução e sobretudo a forma como era escolhido o destinatário de um apoio desta dimensão. A Câmara tem celebrado um protocolo de cooperação com a Associação Esse Sound Events para o Carnaval 2026 e Marchas de S. João com um encargo global de 201.500,00€. O próprio texto da proposta salienta que a escolha desta associação, de entre de outras, era pela sua experiência, capacidade técnica, histórico de colaboração positiva e confiança institucional, acrescentando que não se afigurava existir outra entidade com condições equivalentes. A sua preocupação, indo ao encontro das críticas das quais tem sido alvo, porque apesar das críticas, não o fazem em sede própria. Tem sido opção do Município ao longo de vários anos e, quando se entra num ciclo sistemático, era preciso demonstrar com factos, documentos e método que não estavam perante uma escolha automática, mas sim uma decisão objetivamente comprovada e juridicamente robusta. Na sua leitura da minuta do protocolo, verificou que a segunda outorgante assume conjunto de obrigações muito concretas, produção e som, animação musical, licenciamento, contratação de seguros, logística, refeições, transferes, entre outras responsabilidades. Questionou se estavam perante um apoio de cooperação associativa para atividade própria de uma situação, ou se estavam perante a prática de contratar um pacote de serviços e eventos. Se for a segunda situação, então a Câmara deveria explicar por que motivo não seguiu um procedimento de contratação pública, estando o valor e o objeto sob pena de estarem perante uma situação vulnerável a críticas e subvenção encapotada. _____

Em resposta, o Senhor Presidente referiu que durante os últimos quatro anos, as perguntas colocadas não eram fundamentadas, ao contrário do que se verificava atualmente. Quanto ao apoio para o relatório, se assim fosse, nas candidaturas a fundos comunitários, a empresas privadas, não estariam incluídas as despesas de contratos, de adiantamentos, de projetos inclusive, e hoje, a maioria dos fundos



comunitários, prevê o reembolso de todas as despesas inerentes ao processo. Neste caso em concreto, e existindo questões de proximidade com as pessoas da associação referida e o Executivo, são necessários ainda mais cuidados para que não se venha a ter problemas. Segundo aquilo que é referido pelo Vereador Luís Bettencourt, significava que o Município estaria a financiar a associação para fugir à contratação pública. Recordando o referido na reunião anterior, comparando com outros municípios, o *modus operandi* em termos de contratação pública da Câmara Municipal do Porto Santo deixa o executivo descansado porque são realizados concursos públicos e os concursos públicos que a associação possa ter beneficiado, noutras circunstâncias, prendem-se com a inexistência de outros concorrentes ou porque apresentaram o melhor valor. E, neste caso, era fácil de identificar que o grande peso deste protocolo tem a ver com o S. João e as marchas. Todos os anos se realizaram reuniões com as pessoas para liderarem as marchas. Pediram às pessoas, para facilitar, a criação de uma associação porque existem valores da Associação de Promoção e do Turismo (recentemente saiu uma notícia dando conta dos cerca de 300.000,00€ de apoio da Secretaria Regional do Turismo, Ambiente e Cultura para as associações com trupes participantes no Carnaval da Madeira) sendo que o Porto Santo estava a perder esse apoio porque a Câmara Municipal não pode concorrer, estando essas verbas destinadas às associações. Fora pedido aos clubes que participassem e não houve interessados. Por isso, as pessoas que fazem as críticas que o Vereador referiu deviam criar uma associação para que fosse possível discutir esta situação da mesma forma que foi aprovado o Festival das Sopas com o Grupo Folclórico do Porto Santo, porque tirando este Grupo e a Associação Esse Sound Events, infelizmente não existia associativismo no Porto Santo, e era uma pena porque se perdem inúmeras verbas. Existem Casas do Povo na Região que dispõem de carrinhas de transporte, por exemplo, não com financiamento do Governo Regional, mas sim com

Livro	Folhas



candidaturas à ACAPORAMA para possibilitar o transporte dos grupos folclóricos entre outros. Nos últimos quatro anos, este assunto foi amplamente falado. A Junta de Freguesia do Porto Santo, nos últimos vinte anos, não efetuou nenhuma candidatura. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas e Mariana Vasconcelos e a abstenção dos Vereadores Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

4) "PROTOCOLO DE ADESAO ENTRE O MUNICIPIO DO PORTO SANTO E DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS _____

Considerando que: _____

As bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental na promoção do acesso à informação, à leitura, ao conhecimento e à cultura, constituindo um instrumento essencial de desenvolvimento cultural, social e educativo das comunidades locais; _____

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas visa assegurar uma cobertura equilibrada do território nacional em matéria de bibliotecas públicas, promovendo a cooperação técnica, a partilha de recursos e a qualificação dos serviços prestados à população; _____

A integração da Biblioteca Municipal na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas constitui uma mais-valia para o reforço da qualidade dos serviços de leitura pública, para a modernização da biblioteca e para o acesso a apoio técnico especializado; _____

A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, enquanto entidade coordenadora da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, promove a celebração de protocolos de cooperação com os municípios interessados na integração das respetivas bibliotecas municipais; _____



Considerando ainda que: _____

Compete aos municípios, nos termos da lei, prosseguir atribuições no domínio da cultura, designadamente no que respeita à criação, manutenção e dinamização de bibliotecas públicas municipais; _____

O Município dispõe, nos termos do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro de competências, designadamente, nos seguintes domínios: _____

(...) “u) Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)” _____

Assim, proponho, que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Pela aprovação da integração da Biblioteca Municipal na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas; _____

2. Pela aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Adesão, em anexo, a realizar entre o Município do Porto Santo e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, com vista à referida integração; _____

3. Delegar os poderes de representação do Município no Presidente da Câmara Municipal, para outorga do respetivo Protocolo.” _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

5) “JANTAR CONVÍVIO DE CAÇADORES _____

Considerando que, _____

O Município do Porto Santo promoveu a realização de um jantar para caçadores, focando em celebração, convívio, partilha cultural e tradição, onde a comida, especialmente a de caça, serve para fortalecer laços sociais, reafirmar a identidade do grupo e transmitir conhecimentos e valores sobre a atividade cinegética de forma festiva e culturalmente rica. _____

Livro	Folhas

Este convívio é destinado a caçadores, dirigentes associativos, eventuais convidados institucionais e elementos de apoio operacional no âmbito da referida atividade municipal. _____

A realização do jantar organizado pelo Município permite concentrar, num único momento, ações de sensibilização, informação e contacto direto com o público-alvo, favorecendo a participação e a eficácia da comunicação, e garantindo condições logísticas e higiossanitárias adequadas, que dificilmente seriam asseguradas através de soluções dispersas. _____

Considerando que, _____

A animação musical integrada no jantar assume um papel relevante na valorização do momento de convívio, contribuindo para a criação de um ambiente acolhedor e festivo, potenciando a interação entre os participantes e reforçando a dimensão cultural e tradicional associada à atividade cinegética, enquanto expressão de identidade e património imaterial local. _____

Considerando ainda que, _____

O Município dispõe, nos termos do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro de competências, designadamente, nos seguintes domínios: _____

(...) _____

“u) Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município,(...);” _____

Assim proponho que a Câmara delibere ratificar a autorização da despesa com a presente atividade, Jantar Convívio de Caçadores , no montante de 2.640,00€ (dois mil, seiscentos e quarenta euros), para um total de 120 pessoas, de acordo com o cabimento n.º 98/2026, em anexo, e autorização da despesa com a animação da presente atividade, no montante de 230,00€ (duzentos e trinta euros), de acordo com o cabimento n.º 95/2026” _____



Na discussão deste ponto, o Vereador Ramiro Sousa solicitou a apresentação de uma declaração de voto, à qual o Senhor Presidente respondeu que sendo uma declaração de voto, a mesma deveria ser apresentada após a votação, pelo que se procedeu em primeiro lugar à votação. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas e Mariana Vasconcelos, e a abstenção do Vereador Ramiro Sousa. Não participou da discussão o Vereador Luís Bettencourt que solicitou a aceitação do pedido de escusa, uma vez que havia já efetuado uma participação sobre uma adjudicação no mesmo âmbito, junto do ministério público. _____

Declaração de voto do Vereador Ramiro Sousa: _____

"(...) Senhor Presidente, Senhores Vereadores, e demais presentes. _____

Declaro desde já que irei abster-me neste ponto da ordem de trabalhos, relativo à ratificação da despesa do "Jantar Convívio de Caçadores", no valor global de 2.870,00€, pelos motivos que passo a expor. _____

Desde logo, considero que a proposta não apresenta uma fundamentação suficiente do interesse público municipal. Embora invocados, de forma genérica, o convívio e a tradição, não ficou demonstrado com o rigor que despesa pública exige, qual o benefício concreto para o Município do Porto Santo. Não são identificados objetivos claros, metas definidas ou resultados avaliáveis que justifiquem que o Município suporte financeiramente um jantar para cerca de 120 participantes. A referência genérica a valores recreativos não substitui a obrigação legal de fundamentar materialmente cada gasto público, em respeito pelos princípios da transparência e da boa administração. _____

Acresce ainda uma questão relacionada com o princípio da igualdade e com a ausência de critérios objetivos. Estamos perante uma iniciativa dirigida a um grupo específico, sem que exista qualquer regulamento ou enquadramento geral

Livro	Folhas

que a sustente. Esta opção cria uma percepção legítima de tratamento desigual face a outros grupos igualmente relevantes na nossa comunidade, como os pescadores, os agricultores, os empresários, entre outros. A inexistência de critérios transversais fragiliza os princípios da imparcialidade e da igualdade administrativa e abre um precedente que poderá ser difícil de justificar no futuro. _____

Por outro lado, tratando-se de uma ratificação, ou seja, da aprovação de um ato já praticado impunha-se uma explicação clara e detalhada sobre as circunstâncias que levaram à realização prévia da despesa. Não é esclarecido qual o motivo concreto que impediu a submissão atempada desta decisão a reunião de Câmara, quem autorizou a despesa, em que momento o fez, nem qual o circuito de decisão seguido. A ratificação deve ser um mecanismo excecional; quando se banaliza, transforma-se numa prática de deliberação à posteriori, com prejuízo evidente para o controlo democrático e para a transparência da atuação municipal. _____

Finalmente, importa referir a falta de rigor procedimental do processo. Não existe uma discriminação clara do objeto da despesa, nem uma justificação detalhada do valor apresentado. É essencial saber exatamente o que está incluído neste montante e em que termos foi fixado o preço, garantindo o cumprimento das regras de boa gestão financeira. _____

Nestes termos, solicito que fique expressamente consignado em ata que requeiro o acesso aos elementos complementares do processo, nomeadamente o programa da iniciativa, a lista e os critérios de seleção dos participantes, a discriminação detalhada dos custos e a justificação para a prática do ato prévio. _

Solicito ainda que fique registada a recomendação formal ao Executivo para a criação de uma matriz de critérios gerais para o financiamento de iniciativas setoriais, assegurando igualdade de tratamento e evitando decisões avulsas. _____

Assinado
JB



Requeiro igualmente que a presente declaração de voto, bem como o pedido de elementos complementares e a recomendação formal, fiquem integralmente consignados na ata da presente reunião.(...)" _____

Em resposta, o Senhor Presidente referiu que esperava que o Vereador Ramiro Sousa pedisse escusa, visto o pai do Vereador estar presente no jantar e era o que normalmente acontecia quando estão familiares envolvidos. Apesar de não terem sido fornecidos, existia mais do que um pedido de orçamento, sendo que pode decidir-se por pedir um ajuste direto com os valores regulamentares e escolher o sítio onde efetivamente realizar. Esse passo foi dado, no entanto houve um lapso em termos de documentação, mas a diferença foi de 22,50€ para 35€, uma diferença de 12,50€. Portanto, quanto à questão da fundamentação financeira, não houve impedimento. Relativamente às outras questões, aguardava pela tomada de posição do Vereador Ramiro Sousa em relação ao jantar organizado para os/idosos/as, e que questões serão colocadas nessa ocasião pelo Vereador. _

Respondeu o Vereador Ramiro Sousa, informando que não pediu declaração de impedimento por não existir impedimento, querendo que fique registada a forma deselegante como o Senhor Presidente abordou a presença do seu pai no jantar referido, uma vez que estava na reunião na qualidade de Vereador, sendo insultuoso, atendendo à postura que tem sido adotada por si. Referiu ainda que, no corrente mandato, não levantaria questões pessoais, profissionais ou familiares. Questionou se efetivamente o pai jantou, tendo o Senhor Presidente respondido que não tem a certeza se jantou por não ter controlado o que cada pessoa fazia. O Vereador referiu que o pai não terá jantado, apesar de ter estado presente e ter tirado uma fotografia, não podendo adivinhar que o pai estaria presente no referido jantar, uma vez que foi feito um pedido para 120 participantes e não tinha como saber. Pediu ainda que o Senhor Presidente se retratasse, por ter sido deselegante no que foi referido. _____

Livro	Folhas

Amílcar
BS

Interveio o Senhor Presidente pedindo desculpa por referir questões pessoais, mas também referiu que não permite que existam dois tipos de escusa: uma porque dá jeito e outra porque o Vereador Ramiro Sousa está em desacordo com o Vereador Luís Bettencourt. Pelo que se ouviu dizer, no fim de semana anterior à reunião, o Vereador Ramiro Sousa terá referido num estabelecimento comercial noturno que pedira escusa não por ter sido constituinte a pessoa que estava a defender, mas por não estar de acordo com o Vereador Luís Bettencourt relativamente a este assunto. Saiu uma notícia no Jornal da Madeira que não foi encomendada pelo Senhor Presidente que, no entanto, sabe quem o fez. Questões familiares não voltarão a ser abordadas, estando as desculpas endereçadas, e referiu que os pedidos de escusa em situações semelhantes devem acabar. _____

O Vereador Ramiro Sousa, em resposta, referiu que o Senhor Presidente estava equivocado e que em momento algum se esconderá em subterfúgios quando estiver em desacordo com o Vereador Luís Bettencourt, sendo o primeiro a assumir publicamente. _____

O Senhor Presidente revelou o seu aborrecimento e referiu que quando a conversa referida decorreu, estava também a chegar ao estabelecimento o Senhor Vice-Presidente. _____

O Vereador Ramiro Sousa refere não saber o que está a ser falado. _____

O Senhor Presidente refere que o Vereador não sabe, tal como também não se recordava quando destratou uma funcionária da Câmara Municipal. _____

O Vereador Ramiro Sousa referiu que na primeira reunião essa questão fora levantada e que, quando respondeu, não se recordava honestamente desse episódio. No entanto, o que aconteceu, fora uma questão de índole pessoal que nada tem a ver com a Câmara e com o interesse municipal e que ficou resolvida.

O Senhor Presidente respondeu, dizendo que o episódio de confronto decorreu dois dias antes da primeira reunião, e que o próprio Vereador Ramiro Sousa



regressou à Câmara Municipal na tarde dessa ocorrência para pedir desculpa à funcionária, e que mesmo assim já não se lembrava. O Vereador Ramiro Sousa voltou a referir que a situação não tinha relevância para a discussão e que a mesma ficara resolvida. Sobre as escusas que supostamente são pedidas por estar em desacordo com o Vereador Luís Bettencourt, refere que o mesmo não correspondia à verdade. O Senhor Presidente refere que num próximo pedido de escusa, trará um parecer jurídico. O Vereador Ramiro Sousa refere que existem três modos de votação, a favor, contra e abstenção, naturalmente cada um deles com as suas consequências. Pretende que fique registado que não se refugia nessas figuras, aplica-as quando necessário. A declaração de impedimento e o pedido de escusa são diferentes e refere que como é rigoroso só alinha quando necessário. _____

REQUERIMENTOS: _____

1) Deliberar sobre o pedido apresentado por Clube Mini da Madeira (entrada n.º 790/2026), solicitando autorização para exposição de viaturas Austin mini na Praça do Município, entre as 10h00 e as 16h00 do dia 12 de abril de 2026; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

2) Deliberar sobre o pedido apresentado por Amigos Fiat Madeira (entrada n.º 860/2026), solicitando autorização para exposição de viaturas Fiat na Praça do Município, entre as 10h00 e as 13h00 do dia 11 de abril de 2026; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

3) Deliberar sobre o pedido apresentado por Drumond & Carmo, Lda. (entrada n.º 925/2026), solicitando Licença Especial de Ruído para celebração de Carnaval, _____

Livro	Folhas

no estabelecimento Boutique da Poncha, nos dias 13, 14 e 16 de fevereiro das 22h00 às 03h00 do dia seguinte; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

4) Deliberar sobre o pedido apresentado por AGFPS - Associação Grupo de Folclore do Porto Santo (entrada n.º 1103/2026), solicitando Licença Especial de Ruído para o III Festival de Sopas, no parque anexo à Igreja do Espírito Santo, nos dias 20 e 21 de fevereiro das 19h00 às 02h00; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

5) Deliberar sobre o pedido apresentado por AGFPS - Associação Grupo de Folclore do Porto Santo (entrada n.º 1103/2026), solicitando isenção das taxas municipais relativas à Licença Especial de Ruído, do III Festival de Sopas, que se realizará nos dias 20 e 21 de fevereiro; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, eram dez horas e cinquenta minutos, pelo que de tudo para constar lavrei a presente ata, em obediência ao disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que depois de aprovada vai ser assinada pelo Presidente do órgão executivo, e por mim, _____ Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos na qualidade invocada. _____